

Dilema econômico

20 AGO 1998

Anotícia de que a economia nada cresceu no primeiro semestre deste ano, nem mesmo à taxa de 1% prevista pelos órgãos técnicos da ONU, não pode ser absorvida sem uma nota de espanto e preocupação. Ainda mais quando as autoridades monetárias, após reexame do problema, passaram a admitir que o Brasil não está imune aos efeitos nocivos do colapso financeiro na Rússia.

Por um lado, a estagnação econômica nos primeiros seis meses de 1998 exibe o malogro das medidas tendentes a amenizá-la. Nem a redução de 65% na incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), nem a atenuação das taxas de juros e tampouco a queda na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos automotores, tiveram qualquer efeito estimulante sobre a economia.

E, por outro, a crise russa ameaça estreitar os canais para o afluxo de capitais internacionais e criar maiores obstáculos à rolagem da dívida externa. Assim admitem os titulares da política econômico-financeira, Pedro Malan, ministro da Fazenda, e Gustavo Franco, presidente do Banco Central. É que a quebra decretada de forma unilateral por Boris Yeltsin afeta a credibilidade dos países emergentes, o Brasil entre os mais destacados.

Cumpre traduzir o quadro desfavorável. Sem desenvolvimento econômico não haverá geração de recursos em volume suficiente para atender às demandas sociais,

sobretudo quanto à oferta de empregos para os milhões de brasileiros excluídos do mercado de trabalho. Já eventual aumento dos encargos com o refinanciamento da dívida externa e fuga de capitais para outros centros financeiros mais seguros reduzirão a capacidade interna de garantir a estabilidade alcançada pelo Plano Real.

É claro que aí estão cenários armados apenas em perspectiva. Como também é evidente que a autoridade do governo, assentada em postos de observação privilegiados, dispõe dos meios adequados para medir e reagir à intensidade da crise.

Por isso mesmo, os responsáveis pela condução das diretrizes oficiais no campo econômico substituíram posição anterior de otimismo por outra mais realista, no tocante aos efeitos dos maus ventos soprados de Moscou. Se um espasmo na Bolsa de Cingapura derruba cotações em Nova York, seria fatal que o estouro do erário russo tivesse repercussões no Brasil.

O problema é que o desate do dilema brasileiro não se dará enquanto não for possível assegurar um mínimo de desenvolvimento econômico. Uma taxa de crescimento que seja capaz de operar a prazo razoável o equilíbrio das contas externas, favorecer o declínio do déficit público (hoje no limite crítico de 7% do Produto Interno Bruto) e reduzir a dívida social. Na pior das hipóteses que se situe em torno da taxa de expansão demográfica (1,8%), para que possa socorrer os quase três milhões de brasileiros nascidos todos os anos. Ou seja, um Uruguai a cada 365 dias.